UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DO ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO RAMO DA PECUÁRIA CONFORME O CPC 29 – ATIVO BIOLÓGICO

ELIAS JÚNIOR CRISPIM DE SOUZA
Orientadora: Prof.ª Ma. ELIENE APARECIDA DE MORAES

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Contábeis da UniRV – Universidade de Rio Verde, como parte das exigências para obtenção de título de Bacharel em Ciências Contábeis.

RIO VERDE - GOIÁS
2015

UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DO ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO RAMO DA PECUÁRIA CONFORME O CPC 29 – ATIVO BIOLÓGICO

ELIAS JÚNIOR CRISPIM DE SOUZA
Orientadora: Prof.ª Ma. ELIENE APARECIDA DE MORAES

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Contábeis da UniRV – Universidade de Rio Verde, como parte das exigências para obtenção de título de Bacharel em Ciências Contábeis.

RIO VERDE - GOIÁS
2015

SOUZA, Elias Júnior Crispim de Souza.
Análise do índice de divulgações das empresas brasileiras do ramo da pecuária conforme o CPC 29 – Ativo Biológico/ Elias Júnior Crispim de Souza. - Rio Verde. - 2015.
36 f.

Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) apresentado à Universidade de Rio Verde – UniRV - Faculdade de Ciências Contábeis, 2015.
Orientadora: Prof.ª. Me. Eliene Aparecida de Moraes.

1. Pecuária. 2. Divulgação. 3. Ativo Biológico.

TERMO DE APROVAÇÃO DA MONOGRAFIA OU ARTIGO

UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE

FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TERMO DE APROVAÇÃO

Análise do Índice de divulgação das empresas brasileiras do ramo da pecuária conforme o CPC 29 – Ativo Biológico

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo acadêmico Elias Júnior Crispim de Souza como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado em 01 de dezembro de 2015 pela banca examinadora constituída por:

Profª. Ma. Eliene Aparecida de Moraes

Profª. Esp. Rosania Candida de Oliveira Guerreiro

Prof. Esp. Bruno Sabino de Sousa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, fruto do meu esforço pessoal em conjunto com a minha família e professores, aos meus pais, Elias e Solange, minha maior riqueza.

Ao meu irmão Elyjefferson e minha cunhada Renatiane.

As minhas amigas Carmem, Edmeiry e Ana Paula.

E a mim mesmo pela garra, dedicação e empenho em realizar essa árdua caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado à vida, estando sempre ao meu lado, por ter me concedido a uma família maravilhosa, com saúde, sabedoria e muito amor.

Agradeço a minha família por todo o apoio prestado nas horas mais difíceis, paciência que tiveram comigo e ao orgulho pela conquista de mais essa vitória em nossas vidas.

Agradeço aos meus amigos, que foram compreensivos em todos os momentos em que não consegui estar junto a eles, e principalmente a Carmem, Edmeiry e Ana Paula, que me apoiaram e incentivaram a cada momento em que pensei em desistir.

Agradeço a todos os professores que me auxiliaram nestes quatro (04) anos de estudos, transmitindo seu conhecimento não só para mim, mas também para meus colegas, nos fazendo evoluir como profissionais e também como pessoas.

Agradeço a Prof.ª Ma. Eliene Aparecida de Moraes, pelas suas orientações e explicações, que com toda sua sabedoria sanou dúvidas e me incentivou a melhorar a cada dia, ampliando meus horizontes de conhecimento.

RESUMO

SOUZA, Elias Júnior Crispim de. **Análise do índice de divulgações das empresas brasileiras do ramo da pecuária conforme o CPC 29 – Ativo Biológico.** 2015. 36p. Trabalho de Conclusão do Curso II (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV - Universidade de Rio Verde, 2015.♦

O presente trabalho tem como objetivo proceder com a análise do índice de divulgações das empresas brasileiras do ramo da pecuária listadas na BM&FBOVESPA conforme o CPC 29 – Ativo Biológico. O tema deu-se pelo crescente desenvolvimento deste nicho de mercado, e o quão importante é obedecer às normas que dispõe o respectivo pronunciamento, visto que estes dados são de relevância para possíveis investidores. A referida pesquisa caracteriza-se como explicativa, tendo como foco a abordagem quantitativa-qualitativa, realizada por meio de coleta de dados classificados como indireto, visto que esta coleta foi realizada através de dados que já haviam sido anteriormente publicados. Para isto, foi realizada a análise de 64 documentos, entre eles Demonstrações Financeiras padronizadas consolidadas, Relatórios da Administração, Relatório dos auditores independentes, entre outros, dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, logo após os dados serem coletados, foi utilizado a técnica de análise de conteúdo. Através da pesquisa foi possível concluir que a empresa Minerva S.A., dentre os 6 quesitos analisados, divulgou 3 quesitos em 2011, ou seja 50% dos itens analisados, 4 quesitos no ano de 2012 que corresponde a 66,67% dos itens analisados, e manteve esse percentual de divulgação nos demais anos analisados que foram 2013 e 2014. Classificando-a em quartis, pode-se dizer que no ano 2011 o percentual foi classificado como "Razoável" e nos demais anos classificou-se como "Satisfatório". Já se tratando da empresa Minupar Participações S.A. só foi possível proceder com a análise do ano de 2011, onde não foi divulgado nenhum dos itens analisados, classificando-a como "Deficiente", utilizando o método dos quartis. Os resultados alcançados com a pesquisa revelaram que ainda existe um grande caminho a percorrer quanto às divulgações, notou-se ainda que do ano de 2011 para o ano de 2012, houve uma pequena melhora no índice de divulgação, porém esta melhora não prosseguiu para os próximos anos, mantendo este índice de divulgação estagnado nos anos de 2013 e 2014.

Palavras-Chave: Pecuária, divulgação, ativo biológico.

♦ Banca Examinadora: Prof.ª Ma. Eliene Aparecida de Moraes – UniRV (Orientadora); Prof.ª Esp. Rosânia Cândida de Oliveira Guerreiro – UniRV; Prof. Esp. Bruno Sabino de Sousa – UniRV.

ABSTRACT

SOUZA, Elias Júnior Crispim de. **Analysis of the index of disclosures of Brazilian Companies of the livestock sector according to the CPC 29 - Biological Assets**. 2015. 36p. Work of Conclusion Course II (Graduation in Accountant Sciences) – UniRV - University of Rio Verde, Rio Verde, 2015.♦

The present work aims to proceed with the analysis of the content of disclosures of Brazilian companies in the livestock sector listed on the BM&FBOVESPA according to the CPC 29 - Biological Assets. The theme was given by the growing development of this market niche, and how important it is to obey the rules that disposes the respective pronouncement, since this data of relevance to possible investigators. Such research is characterized as explanatory, focusing on the quantitative-qualitative approach, carried out through the collection of data classified as indirect, since this collection was accomplished using data that had been previously been published. For this, the analysis of 64 documents was conducted, including Financial Statements standardized consolidated Management Reports, Report of the independent auditors, among others, the years 2011, 2012, 2013 and 2014, soon after the data is collected, it was used technical quartile to proceed with the analysis of the content. Through this research, it was ably to conclude that the company MINERVA. S.A., among the 6 questions analyzed, divulged 3 questions in 2011, or being 50% of the items analyzed, 4 questions in the year 2012 that corresponds to 66.67% of the analyzed items, and maintained this percentage of disposure in the additional years analyzed that were 2013 and 2014. Classified in quartiles, we can say that in year of 2011 the percentage was classified as “reasonable” and in the additional years was classified as "satisfactory". Now dealing with the company Minupar Participações S.A. it only was possible to proceed with the analysis of the year 2011, where was not disposed any analyzed items, classifying it as "deficient", utilizing the quartile method. The results achieved by the research revealed that there is still a long way to go as the disclosures, it was noted that even the year 2011 to the year 2012, there was a small improvement in the disclosure index, but this improvement did not proceed to the coming years, keeping this stagnated disclosure rate in the years 2013 and 2014.

Keywords: Livestock, disclosure, Biological Assets.

♦ Examining board: Teacher Ma. Eliene Aparecida de Moraes (Advisor); Teacher Esp. Rosânia Cândida de Oliveira Guerreiro – UniRV; Teacher Esp. Bruno Sabino de Sousa – UniRV.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Empresas componentes da amostra 24
QUADRO 2 Instrumento de coleta de dados 24
QUADRO 3 Pontuação de divulgação de informações sobre Ativos Biológicos 28
QUADRO 4 Definição na classificação por quartis 28
QUADRO 5 Classificação da divulgação sobre Ativos Biológicos por quartis 28

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Evolução do percentual de divulgação pelas empresas brasileiras do setor da pecuária 27

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

IAS – *International Accounting Standards*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

IBOVESPA – Índice Bovespa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
1.1 Contextualização 11
1.2 Problema de pesquisa 11
1.3 Objetivos 12
1.3.1 Objetivo geral 12
1.3.2 Objetivos específicos 12
1.4 Delimitação do tema 12
1.5 Justificativa e relevância da pesquisa 12
2 REFERENCIAL TEÓRICO 15
2.1 Agronegócio na economia brasileira 15
2.2 Divulgação de informação contábil 16
2.3 Ativos biológicos e produtos agrícolas 17
2.3.1 Reconhecimento e Mensuração conforme o CPC 29 17
2.3.2 Subvenção governamental 19
2.3.3 Divulgação conforme o CPC 29 19
3 PROCEDER METODOLÓGICO 23
3.1 Classificações da Pesquisa 23
3.2 População, Amostra e Período de Estudo 23
3.2.1 Período de estudo 23
3.2.2 População e amostra 24
3.3 Instrumento de Coleta de Dados 24
3.4 Análise de dados 25
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 26
4.1 Análise dos dados 26
4.1.1 Divulgação por quesito e classificação em quartis 27
5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA 30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 33

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Conforme Carvalho *et al*. (2007), devido à globalização e o crescimento contínuo do mercado de capitais, tem se destacado a importância da divulgação de informação contábil confiável e tempestiva. Ainda de acordo com o mesmo autor, os investidores estão cada vez mais exigentes, sempre com a prerrogativa de ter maior segurança ao investir seus recursos. O autor ressalta também, que a divulgação de informações consistentes ao mercado de capitais, proporciona uma igualdade de direitos entre os acionistas, e consequentemente aumenta a credibilidade da entidade e de seus gestores perante o mercado.

Com o objetivo de proporcionar informações contábeis necessárias para satisfazer as exigências dos usuários internos e externos, os órgãos reguladores da contabilidade têm emitido normas, continuamente, referente à divulgação das demonstrações contábeis (CARVALHO *et al.*, 2007).

Em concordância com o disposto acima, o Pronunciamento Técnico CPC 29 (2009) estabelece como a entidade deve classificar e mensurar os ativos biológicos e produtos agrícolas conforme as recomendações determinadas no próprio pronunciamento, e também como deverá proceder na divulgação de informações dos mesmos, sempre visando auxiliar o usuário na tomada de decisão.

1.2 Problema de pesquisa

As empresas no ramo da pecuária estão divulgando informações atendendo as orientações contidas no CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Identificar se as empresas no ramo da pecuária estão divulgando informações conforme orientações contidas no CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

1.3.2 Objetivos específicos

- Destacar a importância do agronegócio na economia brasileira;
- Definir ativo biológico e produto agrícola;
- Indicar como deve ser realizada a divulgação sobre ativo biológico e produto agrícola;
- Analisar o percentual de empresas que atendem a essas orientações.

1.4 Delimitação do tema

Este estudo delimita-se as empresas de capital aberto que estão listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).

1.5 Justificativa e relevância da pesquisa

Segundo Contini *et al.* (2012) com a possibilidade de dobrar a população mundial até o ano de 2050, consequentemente aumentará a demanda de alimentos, visando aproveitar esta oportunidade, o agronegócio brasileiro vem se desenvolvendo ano após ano, sendo hoje em dia um dos principais produtores e exportadores deste segmento, este setor vem movimentando e muito, a economia do nosso país mediante exportações.

Diante deste crescimento, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis resolveu então, elaborar um pronunciamento onde normatizaria a mensuração, evidenciação e divulgação das empresas deste segmento, denominado Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e

Produto Agrícola. O CPC 29 foi convergido das normas internacionais de contabilidade emitidas pela IASB[1] utilizando o IAS 41.

Em conformidade com o CPC 29 (2009), Ativo Biológico pode ser definido como plantas ou animais vivos. Deles espera-se conseguir obter algum benefício econômico futuro, já produto agrícola, nada mais é que, os produtos oriundos dos ativos biológicos.

Torna-se então, importante analisar este tema, visto que verificar o percentual de empresas que estão listadas na BM&FBOVESPA, e que atendam todas às orientações contidas no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, na divulgação de informações, podem nos indicar se há medidas a serem tomadas para que estas empresas passem a cumprir tais orientações, ou se o presente pronunciamento pode permanecer inalterado.

Para o meio acadêmico esta pesquisa irá demonstrar a importância das análises das práticas contábeis adotadas pelas empresas e seus respectivos efeitos, complementando os estudos para os órgãos reguladores especialmente, o Comitê Pronunciamento Contábeis (CPC), este estudo dará a chance da reflexão sobre a utilidade em permitir duas formas de mensuração para os ativos biológicos e produtos agrícolas das empresas brasileiras.

A presente pesquisa se difere das demais, por não haver nenhuma outra já realizada que apresente os mesmos objetivos e proposta de estudo como esta, sendo que dessa forma, o presente estudo contribuirá para o conhecimento da sociedade e do meio acadêmico fornecendo aos órgãos fiscalizadores uma ampla visão do cumprimento das obrigações das entidades de divulgarem informações sobre os ativos biológicos e produtos agrícolas.

Recentemente, Wanderley, Silva e Leal (2012) analisaram três empresas do segmento agropecuário, com o intuito de verificar se as mesmas estão observando as informações pertinentes à divulgação de informações contidas no CPC 29 (2009), para isso, foram analisadas as demonstrações contábeis da Marfrig, BRF e JBS. Diante deste estudo, os autores chegaram à conclusão que as empresas não atenderam a uma série de exigências, como por exemplo, as quantias de ativos biológicos de cada grupo, exclusivamente a JBS e Marfrig não explicitaram os métodos que foram utilizados para determinar o valor justo.

Na pesquisa realizada por Carvalho *et al.* (2013), apresentou-se como objetivo geral caracterizar e analisar a extensão da aplicação do CPC 29 (2009) usando como amostra as empresas listadas no Índice Ibovespa. Após a análise, os autores concluíram que 100% das empresas do setor de papel e celulose, no período analisado, reconheceram ativos biológicos e

---

[1] *International Accounting Standards Board* (IASB); conforme Gonçalves *et al.* (2013), trata-se de um órgão responsável pela elaboração de normas internacionais, sendo que estas têm o intuito de alcançar uma harmonização das demonstrações contábeis mundiais.

produtos agrícolas, já no setor de petróleo e gás, somente 33,33% reconhecem seus ativos biológicos e no setor de alimentos e bebidas, 60% reconhecem ativos biológicos. No setor de mineração houve reconhecimento pela Vale, porém só foi evidenciado nas informações trimestrais, nas anuais não pôde ser observada. Nos setores de comércio, construção, energia elétrica, finanças e seguros, química, siderurgia e metalurgia, telecomunicações, transportes e serviços, veículos e peças, nenhuma empresa reconheceu os itens pertinentes ao CPC 29 (2009).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agronegócio na economia brasileira

Conforme Contini *et al.* (2006) o agronegócio pode ser definido como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando também pela produção nos estabelecimentos agropecuários, chegando à transformação, até finalmente chegar ao ponto de seu consumo.

Ainda conforme Contini *et al.* (2006), nos últimos anos o setor agropecuário vem desenvolvendo-se cada vez mais a nível nacional, passando a ter crescimento superior a outros ramos de mercado, podendo ser citado como o exemplo o setor industrial e também, o setor de serviços que apresentaram crescimento inferior ao agropecuário.

Segunda Silva, Cesário e Cavalcanti (2006), o agronegócio é o setor considerado como o mais importante da economia brasileira. Este setor vem mantendo um crescimento sustentável em termos financeiros ao longo dos anos. Ainda conforme os mesmos autores, apesar do agronegócio brasileiro já ter enfrentado muitos obstáculos em sua trajetória de crescimento, hoje consegue excelentes resultados, que resumem a sua relevância no bolso das pessoas e para todos que estão ligados a ele.

Com terras produtivas e clima propício ao desenvolvimento de diversas culturas e também à pecuária, o agronegócio brasileiro vem se desenvolvendo ano após ano, em 2006 suas exportações somaram US$ 49,47 bilhões, com participação de 35,9% no total exportado pelo Brasil no ano, já em 2014 as exportações chegaram a US$ 96,75 bilhões com participação de 43,0% no total das vendas externas no período, comparando os dois anos, houve crescimento das exportações agropecuárias de 95,6% ou US$ 47,28 bilhões (BRASIL, 2015).

Conforme Figueiredo, Santos e Lima (2012) os produtos do agronegócio são importantes para o Brasil, seja na forma de exportações, seja pela boa predisposição em gerar renda, representando cerca de um terço do produto interno bruto brasileiro. Segundo Stefanelo (2008), no mundo, o agronegócio representou US$ 10,7 trilhões em 2007, com expectativa de crescimento de 1,5% ao ano e a perspectiva de chegar a US$ 13,5 trilhões em 2025.

A pecuária no Brasil apesar de apresentar queda na área de pastagens nos últimos anos, vem se desenvolvendo cada vez mais e tendo um peso expressivo no produto interno bruto da agricultura, no ano de 1975, a área ocupada por pastagens tanto naturais, quanto plantadas, era de 165,6 milhões de hectares. Já em 2011 esta área caiu para 150,8 milhões de hectares, porém mesmo com essa redução o número de bovinos mais que dobrou entre 1975 e 2011, passando de 102,5 milhões de cabeças em 1975, para 210,4 milhões de cabeças em 2011 (BRASIL, 2013).

Wanderley, Silva e Leal (2012) trazem que a divulgação conforme o CPC 29 (2009) irá proporcionar maior clareza à informação contábil relacionada com ativos biológicos e produtos agrícolas, assim irá conceder aos diversos usuários, principalmente aos investidores, boas condições para que possa realiza-se a avaliação dos números e parâmetros informados nas demonstrações das principais companhias do agronegócio brasileiro.

2.2 Divulgação de informação contábil

Segundo Garcia *et al.* (2007) o grande desafio de uma organização é a informação, pois através dela que se tem suporte aos seus modelos decisórios em tempo hábil, requer além da necessidade desse bem, a disposição de diversos recursos, como por exemplo: humanos, temporais, físicos, financeiros, e alguns outros que também podem ser citados.

Ainda conforme Garcia *et al.* (2007), pode-se verificar que as informações geradas pela contabilidade, deverão ser úteis, relevantes e tempestivas, pois através delas os usuários terão bases seguras para suas tomadas de decisões, pela compreensão do estado que se encontra a entidade, seu desempenho, e consequentemente a sua evolução.

Scherch *et al.* (2013), trazem que o mercado agropecuário está em expansão, verificando-se a necessidade da criação de uma norma que transformaria as demonstrações contábeis de empresas deste segmento em demonstrativos quase uniformes, então o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado em 7 de julho de 2005 através da resolução de nº1.055 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, que foi aprovado em 07 de agosto de 2009 .

Conforme Wanderley, Silva e Leal (2012), atender às informações contidas no CPC 29 (2009) é de suma importância, visto que o mesmo tem o intuito de normatizar as divulgações deste segmento, pois proporcionará maior clareza nos demonstrativos, e também fornecendo uma base para comparação com outras entidades do mesmo ramo de atividade,

assim dará condições aos credores e investidores de melhor avaliarem o desempenho da entidade.

2.3 Ativos biológicos e produtos agrícolas

O Pronunciamento Técnico CPC 29– Ativo Biológico e Produto Agrícola, redigido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, utilizando como base a *International Accounting Standards* 41 (IAS 41) – *Agriculture*, redigida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), tem por finalidade definir o tratamento contábil e as respectivas divulgações ligadas à avaliação dos estoques de todos os ativos biológicos e produtos agrícolas da entidade, como parte essencial para a divulgação dos demonstrativos das mesmas.

De acordo com Barros *et al.* (2012), Carvalho *et al.* (2013), CPC 29 (2009), Rech *et al.* (2006), Scherch *et al.* (2013) e Wanderley, Silva e Leal (2012), ativo biológico é todo animal ou planta vivos que através dele, seja possível retirar um produto agrícola. Do ativo biológico pode-se citar uma lavoura de soja, plantação de tomates, carneiro, porcos, gado de leite, entre outros. Ainda, em conformidade com os mesmos autores, conceitua-se produto agrícola como o produto originado do ativo biológico no momento de sua colheita ou de seu abate, podendo ser usado como exemplo os grãos de soja após a lavoura ser colhida, a carcaça de boi após o seu abate, leite, madeira, café, algodão, frutas colhidas, uva, dentre outros exemplos.

Os ativos biológicos, em conformidade com o CPC 29 (2009), estão sujeitos a transformações biológicas. Ainda de acordo com o mesmo pronunciamento, transformação biológica compreende etapas do processo de crescimento, degeneração, produção e procriação que causam mudanças qualitativas e quantitativas nos ativos biológicos. Exemplificando-se, podemos citar a melhoria do animal ou planta em qualidade e no aumento da quantidade, a perda de capacidade produtiva por meio da degeneração da planta ou animal, a produção de produtos agrícolas como o látex, folhas de chá, leite, entre outros.

Nas seções seguintes serão abordados o reconhecimento e mensuração, subvenção governamental e divulgação de acordo com o CPC 29.

2.3.1 Reconhecimento e Mensuração conforme o CPC 29

O CPC 29 (2009) traz a informação de que um ativo biológico ou um produto agrícola só deverá ser reconhecido em três casos: a) quando a entidade controlar o ativo oriundo de eventos passados; b) quando for capaz de prever que através dele será possível

obter algum benefício econômico futuro; c) quando o custo do ativo ou o valor justo puder ser mensurado confiavelmente em conformidade com o CPC 46 (2012).

Na atividade agrícola, de acordo com o CPC 29 (2009), o controle pode ser verificado pela propriedade legal do gado através da sua marcação em diversos momentos, por exemplo, na aquisição, nascimento, desmama e seus benefícios econômicos podem ser mensurados através da evolução dos seus atributos físicos.

Conforme o CPC 29 (2009) a avaliação de todo e qualquer ativo biológico seja no período de crescimento, degeneração, produção ou procriação, deve ser através do valor justo, que de acordo com o CPC 46 - Mensuração do valor justo (2012) sendo definido como o montante recebido pela venda de um ativo, ou desembolsado pela transferência de um passivo em uma transação não forçada. Onde ambas as partes são conhecedoras do negócio, na data da mensuração, deduzindo todas as despesas de venda, isto deve ser feito desde o reconhecimento inicial. Quando o valor justo por algum motivo não puder ser mensurado confiavelmente deve-se avaliá-lo pelo método do custo, e explicitar em notas explicativas o motivo pelo qual o valor justo não pôde ser medido confiavelmente.

O CPC 29 (2009) trata o produto agrícola, colhido dos ativos biológicos da entidade, da mesma forma do ativo biológico, quanto a sua mensuração, o referido pronunciamento diz que o mesmo também deverá ser avaliado pelo seu valor justo, deduzindo todas as suas despesas que terá para vendê-lo, porém neste caso em especial, Carvalho *et al.* (2013) trazem a informação que ao menos no ponto da colheita, parte-se do pressuposto que sempre haverá mercado ativo, onde tornará possível avaliá-los a valor justo, conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

Para Brito (2010), uma das dificuldades encontradas para o uso do valor justo na avaliação dos ativos biológicos, ocorre no caso de ativos de longa maturação, onde quase sempre não haverá mercado ativo para o mesmo, impedindo assim o ativo biológico de ser avaliado pelo valor justo.

Para tornar a avaliação do ativo biológico ou produto agrícola a valor justo mais fácil, a entidade poderá optar por fazer agrupamento destes, separando-os em lotes, geralmente os mesmos serão segregados por idade, peso ou qualidade, e deverão ser identificados quais os quesitos foram utilizados para fixação de preço (CPC 29, 2009).

Quanto aos ganhos e perdas, o CPC 29, traz que: a) o ganho ou a perda que venha a ocorrer proveniente da mudança no valor justo do ativo biológico que venha sendo reconhecida desde o momento inicial, até o momento final de cada período deverá, impreterivelmente, ser incluído no resultado do exercício de sua origem; b) quanto à perda em

um ativo biológico, a mesma pode vir a ocorrer no momento inicial do reconhecimento, pois as despesas de venda são deduzidas na determinação do valor justo. Já o ganho poderá ocorrer também no reconhecimento inicial de um ativo biológico, como por exemplo, no nascimento de bezerro; c) a perda ou o ganho proveniente do reconhecimento inicial de um produto agrícola, da mesma forma ocorre no ativo biológico, deverá ser reconhecido no resultado do período do qual ocorreu; d) o ganho ou a perda de um produto agrícola poderá ocorrer no reconhecimento inicial do mesmo, como por exemplo, na colheita (CPC 29, 2009).

2.3.2 Subvenção governamental

Em consonância com o CPC 07 (2010) - Subvenção e Assistência Governamentais; subvenção governamental pode ser definida como uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, podendo ser concedida a uma entidade, em troca do cumprimento passado ou futuro de algumas condições pertinentes às atividades operacionais da entidade.

Em conformidade com o CPC 29 (2009) a subvenção governamental incondicional que esteja diretamente relacionado com o ativo biológico que foi mensurado ao valor justo, menos as suas despesas de venda, deverá ser reconhecido no resultado somente quando tornar-se recebível.

Caso a subvenção governamental esteja relacionada com o ativo biológico mensurado ao valor justo, menos suas despesas de venda, for condicional, isto quando exigir que a entidade não se envolva com uma atividade agrícola específica, também deverá ser reconhecida somente quando esta condição for atendida (CPC 29, 2009).

Quando se trata de subvenção governamental, há uma série de termos e condições que deverão ser atendidos, por exemplo, para conseguir-se uma determinada subvenção, poderá ser solicitado que seja cultivada uma mesma cultura durante um período de cinco anos em uma mesma localidade, caso esta condição não seja atendida, deverá ser realizada a devolução do valor integral recebido a título de subvenção, neste caso em específico, a subvenção não poderá ser reconhecida no resultado antes de se passarem cinco anos (CPC 29, 2009).

2.3.3 Divulgação conforme o CPC 29

Garcia *et al.* (2007) dizem que as informações geradas pela contabilidade, devem fornecer condições necessárias para que possam ser compreendidos pelo fisco, órgãos públicos, entre diversos outros usuários, inclusive investidores, visto que tais informações irão auxiliar na tomada de decisões, demonstrando os riscos e possíveis oportunidades que tal empresa tem predisposição.

Diante deste fato, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ao elaborar o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, dedicou uma parte do mesmo para esclarecer o que deverá conter obrigatoriamente nas divulgações relativas aos ativos biológicos e também aos produtos agrícolas, bem como alguns casos de divulgações adicionais.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a entidade deverá divulgar em seus demonstrativos, qualquer ganho ou perda em relação ao valor inicial, no período do qual está sendo elaborado, sendo provenientes de ativo biológico e produto agrícola, bem como a mudança em seu valor justo, menos as despesas que possivelmente irão ocorrer no momento da venda.

Ainda de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a entidade também deverá divulgar obrigatoriamente uma descrição de cada grupo de ativos biológicos contidos no demonstrativo, podendo ser feito de forma dissertativa ou quantitativa. A entidade também é motivada ao descrever os grupos de ativos biológicos, a fazer uma distinção entre os maduros e imaturos, ou em consumíveis e de produção.

Podemos entender como ativo biológico consumíveis, os que já estão prontos para sua destinação, ou seja, prontos para serem vendidos, quando ativos biológicos, ou prontos para serem colhidos enquanto produtos agrícolas. Ativos biológicos para a produção são os demais tipos que utilizados para a obtenção de produto agrícola, como por exemplo, rebanho de gado leiteiro (CPC 29, 2009).

Já a divisão entre maduros ou imaturos é realizada da seguinte forma: maduros são aqueles que já alcançaram as condições ideais necessárias para serem colhidos como ativos biológicos consumíveis, ou estão prontos para serem colhidos regularmente caso sejam ativos biológicos de produção (CPC 29, 2009).

Caso a entidade não tenha divulgado de outra forma, terá que divulgar em seus demonstrativos: a) a natureza das atividades da qual o grupo de ativos biológicos está inserido; b) estimativa ou mensuração não financeiras em quantidade física do grupo de ativos biológicos ao fim do período e de toda a produção agrícola que tenha ocorrido durante o período (CPC 29, 2009).

Ainda conforme Pronunciamento Técnico CPC 29 (2009), a entidade também terá que obrigatoriamente divulgar: a) as estratégias adotadas pela administração para evitar riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola; b) o montante total dos compromissos relacionados com a aquisição ou desenvolvimento dos ativos biológicos; c) a existência e total dos ativos que a titularidade geral seja restrita, bem como o montante deles que foram dados de alguma forma como garantia de exigibilidades.

Para o Pronunciamento Técnico CPC 29 (2009), deverá ser apresentado, todas as conciliações das mudanças no valor dos ativos biológicos, entre o início e o fim do período do qual os demonstrativos estão sendo elaborados. Esta conciliação inclui: a) ganho ou perda que tenha ocorrido pela mudança no valor justo, menos as despesas para vendê-lo; b) aumento devido a compras realizadas; c) reduções devidas às colheitas ocorridas; d) aumento resultante devido à ocorrência de combinação de negócios; e) diferenças cambiais líquidas ocasionadas pela conversão para outra moeda de apresentação, ou pela conversão de moedas estrangeiras para o real; e f) outras mudanças.

O Pronunciamento Técnico CPC (2009), traz que o valor justo, menos as despesas de venda de um ativo biológico, pode ser alterado devido às mudanças físicas e também por preços de mercado, neste caso, as entidades são encorajadas a realizarem divulgações separadas, acompanhadas da evolução de tais ativos, assim podem realizar projeções futuras. É importante destacar que deverá ser demonstrado claramente o valor justo menos as despesas de venda, que foram incluídos no resultado, caso o período do ciclo de produção seja maior que um ano. Já quando o período do ciclo de produção é menor que um ano, essa informação não é geralmente considerada útil (CPC 29, 2009).

Como a atividade agrícola é constantemente exposta a riscos climáticos, de doenças e outros riscos naturais, caso algum evento desta natureza venha a ocorrer, e dar origem a um item material de receita e despesa, deverá ser divulgado a natureza e o total da receita ou despesa ocorrida (CPC 29, 2009).

Quando ocorrer da entidade, por algum motivo, não conseguir mensurar confiavelmente o valor justo do ativo biológico ou do produto agrícola, a mesma então deverá realizar algumas divulgações adicionais (CPC 29, 2009).

Se a entidade mensura os seus ativos biológicos pelo método do custo, menos qualquer depreciação ou perda no valor recuperável acumuladas, sempre no fim de cada período deverá divulgar: a) uma descrição prévia dos ativos biológicos; b) uma explicação do motivo pelo qual não se pôde mensurar confiavelmente o valor justo; c) caso seja possível, deverá divulgar também uma faixa de estimativas, da qual tenha alta possibilidade de se

encontrar o valor justo; d) o método de depreciação que foi utilizado; e) a vida útil ou a taxa de depreciação utilizada; f) o total bruto e a depreciação acumulada no início e no final de período (CPC 29, 2009).

Caso durante o período corrente, a entidade mensure seus ativos biológicos ao seu custo e perda no valor recuperável acumulado, deverá divulgar o ganho ou perda reconhecido sobre a venda de tais ativos biológicos. Sendo que em sua conciliação deverá ser adicionado os seguintes montantes: a) perdas irrecuperáveis; b) reversão de perdas no valor recuperável; e c) depreciação (CPC 29, 2009).

Se durante o período no qual as divulgações estão sendo elaboradas, um ativo biológico mensurado anteriormente pelo método do custo menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumulada, por algum motivo puder ser mensurada confiavelmente a valor justo, deverá divulgar: a) uma descrição dos ativos biológicos; b) uma explicação do motivo pelo qual o valor justo tornou-se mensurável de forma confiável; c) o efeito da mudança (CPC 29, 2009).

Tratando da divulgação de subvenção governamental, o CPC 29 (2009) traz que a entidade deverá fazer as seguintes divulgações: a) a extensão e a natureza das subvenções governamentais que foram reconhecidas nas demonstrações contábeis; b) condições não atendidas e outras contingências, ligadas à subvenção governamental; c) reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

3.1 Classificações da Pesquisa

Conforme Lakatos e Marconi (2003) esta pesquisa classifica-se como explicativa, visto que a maior preocupação da pesquisa está em detectar quais fatores contribuíram para as ocorrências dos problemas, explicando as razões e o porquê dos acontecimentos, definiu Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas e tratou como deve ser realizada a divulgação aos mesmos.

Ainda segundo Lakatos e Marconi (2003), este estudo pode ser classificado como bibliográfico, visto que ocorreu utilizando como base material já escrito por outros autores, como por exemplo, livros, revista, jornais, artigos científicos e outros meios publicados.

Seguindo ainda o pensamento de Lakatos e Marconi (2003), a abordagem do problema é de forma qualitativo-quantitativa visto que buscou-se através do problema de pesquisa entender um determinado fenômeno de maneira mais aprofundada e o nível de conformidade das empresas do ramo da pecuária com o CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), o método de abordagem do presente projeto de pesquisa é o método dedutivo, visto que partiu-se de leis e teorias, das quais determina a ocorrência de como os fatos deverão ser reconhecidos.

Como este estudo foi realizado através de coleta de dados de obras e pesquisas que já foram anteriormente publicadas, será classificada quanto aos métodos de coleta de dados como indireta (LAKATOS; MARCONI, 2003).

3.2 População, Amostra e Período de Estudo

3.2.1 Período de estudo

Com o intuito de analisar o nível de conformidade das empresas do ramo de pecuária com o CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola foram analisados quatro anos, que são

os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, assim verificou-se de forma mais ampla como o percentual de divulgação evoluiu nesses anos, ou seja, se aumentou ou diminuiu, bem como quesitos mais divulgados e os quesitos menos divulgados.

3.2.2 População e amostra

A população para a realização da pesquisa foram de 2 empresas listadas na Bovespa (consulta realizada no dia 09/05/2015). Para melhores e mais amplos resultados, optou-se por utilizar toda esta população como amostra, conforme apresentado no Quadro 1.

Nº	RAZÃO SOCIAL	NOME DE PREGÃO
1	MINERVA S.A.	MINERVA
2	MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	MINUPAR

Quadro 1: Empresas componentes da amostra.
Fonte: BM&FBOVESPA, adaptado pelo autor, 2015.

3.3 Instrumento de Coleta de Dados

Foram elaborados 06 quesitos que proporcionaram a base para a coleta de dados, conforme o Quadro 2.

Nº	QUESITOS	Item do CPC
1	A entidade fornece uma descrição de cada grupo de ativos biológicos?	Item 41
2	Distingue cada grupo de ativos biológicos entre consumíveis e de produção?	Item 43
3	Divulga a existência e o total de ativos cuja titularidade legal seja restrita?	Item 49
4	Divulga o montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos?	Item 49
5	Divulga aumento devido às compras?	Item 50
6	Divulga ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda?	Item 40

Quadro 2: Instrumento de coleta de dados.
Fonte: CPC 29 (2009), adaptado pelo autor, 2015.

Os quesitos foram baseados no CPC 29 – Ativo Biológico, como se pode verificar na indicação da terceira coluna do Quadro 2.

3.4 Análise de dados

Diante dos resultados apresentados pelo instrumento de coleta de dados foram utilizados o sistema binário para apuração do percentual, a análise de conteúdo, e para classificação das empresas foi utilizado o método dos quartis.

O método de análise utilizado, como dito anteriormente foi o sistema binário que se aplicou da seguinte forma: a cada resposta sim, correspondente a um quesito, foi representada pelo número 1 e a cada resposta não, correspondente a um quesito, foi representado pelo número 0. A aplicação do método binário se faz necessária para a apuração do percentual correspondente à divulgação de informação sobre o ativo biológico e produto agrícola, conforme resultado dos quesitos.

Em consonância com Junior e Carvalho (2005), entende-se como análise de conteúdo, o estudo de registros passados que podem ser na forma de documentos, textos, e também por meio de fala ou vídeo. O uso da análise de conteúdo justifica-se pelo fato de que a presente pesquisa utilizou a análise de material já divulgado anteriormente como as demonstrações financeiras padronizadas divulgadas pela BM&FBOVESPA.

Conforme os pensamentos de Bisquerra, Sarriera e Martínez (2007), a aplicação de quartis consiste em dividir a distribuição dos dados em quatro partes iguais, sendo então 25% em cada quartil, aonde o primeiro quartil irá de 0% a 25%, o segundo quartil será acima de 25% até 50%, o terceiro quartil acima de 50% até 75%, e por último, no quarto quartil acima de 75% até 100%.

Como a presente pesquisa buscou qualificar quanto maior o nível de divulgação, melhor, utilizou-se para classificar as empresas, os conceitos de Aranha e Dias (2013), onde o primeiro quartil é considerado “deficiente”, o segundo quartil “razoável”, o terceiro quartil “satisfatório”, e o quarto quartil “bom”.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os critérios que guiaram a escolha do ramo da pecuária deram-se devido ao grande desenvolvimento deste ramo no cenário mundial e consequentemente no cenário nacional, nos anos de 2009 a 2014 (BRASIL, 2014).

Durante a realização da presente pesquisa, utilizou-se para a coleta de dados exclusivamente as Demonstrações Financeiras Padronizadas que estão disponibilizadas no sítio da BM&FBOVESPA.

Os acessos foram realizados no período de Agosto a Setembro de 2015 e tiveram como fator motivador a detecção do nível de divulgação das empresas do ramo da pecuária conforme o CPC 29.

Dentre as empresas pertencentes à amostra, a empresa Minupar Participações S.A. no primeiro ano de análise não divulgou nenhum dos quesitos acima descritos e durante o ano de 2012 se desfez das aves de postura, impossibilitando assim a análise dos próximos anos.

4.1 Análise dos dados

Dentre os quatro anos que foram pesquisados, analisou-se 64 documentos, incluindo Relatórios da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Demonstrações Financeiras Padronizadas e Notas Explicativas, sendo 16 relatórios por ano e ambas as empresas divulgaram o conjunto completo das demonstrações contábeis.

Dos 6 quesitos pesquisados em cada ano, a empresa MINERVA S.A. divulgou em 2011 somente 3 quesitos, em 2012 este número subiu para 4 quesitos, em 2013 e 2014 o mesmo número se manteve, podemos verificar esta evolução através da percentagem apresentada no Gráfico 1.

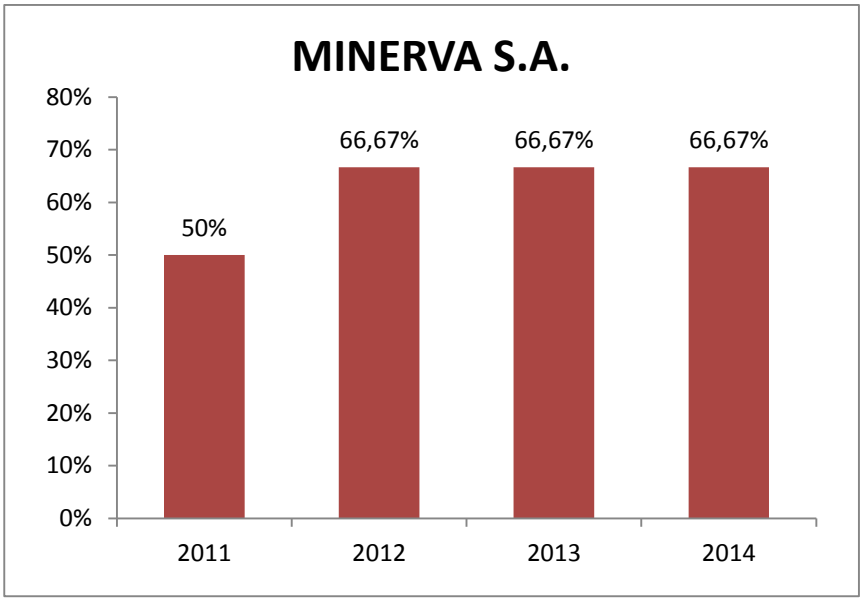

Gráfico 1: Evolução do percentual de divulgação pelas empresas brasileiras do setor de pecuária.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Tratando-se da empresa Minupar Participações S.A., dos 6 quesitos pesquisados em cada ano, a mesma não divulgou nenhum em 2011, em 2012 vendeu suas aves de postura, impossibilitando a análise deste ano e posteriormente do ano de 2013 e 2014.

4.1.1 Divulgação por quesito e classificação em quartis

Observando o Quadro 3 pode-se verificar os quesitos que mais foram divulgados em cada ano e também, pode-se verificar os quesitos menos divulgados em cada ano.

Levando isto em consideração, observa-se que dentre os quesitos mais divulgados figuram os quesitos 1, 5 e 6 que empataram na primeira posição, ambos sendo divulgados todos os anos, seguido pelo quesito 3, onde somente não houve a divulgação no ano de 2011.

Ainda considerando o Quadro 3, nota-se que entre os quesitos que menos foram divulgados, figuram os quesitos de número 2 e 4. Ambos os quesitos não foram divulgados em nenhum dos anos, um fato que desperta curiosidade para a investigação desta ocorrência. Ainda durante a análise dos relatórios, buscou-se os motivos pelos quais as empresas não divulgaram, porém tal busca se mostrou infrutífera, pois nenhuma das empresas apresentaram justificativa para não divulgar os quesitos 2 e 4.

MINERVA S.A.					
N	**Quesito**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
1	A entidade fornece uma descrição de cada grupo de ativos biológicos?	1	1	1	1
2	Distingue cada grupo de ativos biológicos entre consumíveis e de produção?	0	0	0	0
3	Divulga a existência e o total de ativos cuja titularidade legal seja restrita?	0	1	1	1
4	Divulga o montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos?	0	0	0	0
5	Divulga aumento devido às compras?	1	1	1	1
6	Divulga ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda?	1	1	1	1
TOTAL		**3**	**4**	**4**	**4**

Quadro 3: Pontuação de divulgação de informações sobre Ativos Biológicos.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Através de cálculos realizados foi possível chegar aos limites de cada quartil. Sendo assim, cada quartil classificado conforme o Quadro 4.

Quartil	Pontuação	Classificação
1	0 a 1,75 pontos	Deficiente
2	1,76 a 3,5 pontos	Razoável
3	3,6 a 5,25 pontos	Satisfatório
4	5,26 a 6 pontos	Bom

Quadro 4: Definição da classificação por quartis.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Tratando-se da empresa, Minerva S.A. em 2011, foi classificada segundo quartil, considerado razoável, com apenas 3 quesitos divulgados. Já nos próximos anos, aumentou este número de divulgações para 4, classificando assim como satisfatório como pode ser visto no Quadro 5.

Empresa	2011	2012	2013	2014
Minerva S.A.	Razoável	Satisfatório	Satisfatório	Satisfatório
Minupar Participações S.A.	Deficiente	-	-	-

Quadro 5: Classificação da divulgação sobre Ativos Biológicos por Quartis
Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Quanto à empresa Minupar Participações S.A., no primeiro ano classificou-se no primeiro quartil, considerado deficiente, visto que não divulgou nenhum dos quesitos. Nos próximos anos, conforme já foi mencionado, não foi possível proceder com a análise, visto que a empresa vendeu todas as suas aves de postura, como pode ser visto no Quadro 5.

5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Tratando das limitações, pode-se dizer que estas se dão pelo aspecto subjetivo da presente pesquisa, principalmente na classificação dos dados, onde as informações incompletas foram consideradas como “Não Divulgadas”, já que não atendem completamente o que está descrito no CPC 29.

Outro fator limitador nesta pesquisa que é importante ressaltá-lo, foi que a mesma limitou-se a análise binária da divulgação, desta forma, analisou-se somente se foi divulgado ou não cada item do instrumento de coleta de dados, não realizando uma análise qualitativa da informação.

Também se caracterizou como fator limitante, o fato da empresa Minupar Participações S.A. ter vendido todo seu grupo de ativos biológicos em 2012, impossibilitando a análise neste ano, e nos anos de 2013 e 2014.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou como objetivo geral identificar se as empresas no ramo da pecuária estão divulgando informações conforme orientações contidas no CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

Para proceder com tal pesquisa, buscou-se informações através de 64 documentos, incluindo relatórios da administração, relatório dos auditores independentes, demonstrações financeiras padronizadas e notas explicativas, nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, sendo 16 relatórios por ano e ambas as empresas divulgaram o conjunto completo das demonstrações contábeis. Todos estes documentos foram extraídos do sítio da BM&FBOVESPA.

Na análise dos dados, tratando-se da empresa Minerva S.A., observou-se que houve uma evolução no número de divulgações de 2011 para 2012, que subiu de 3 quesitos divulgados para 4 quesitos divulgados, porém após 2012, esta quantidade de divulgações conforme os quesitos analisados, continuou estagnada, mantendo assim 4 quesitos divulgados nos anos de 2013 e 2014.

Sendo assim, da empresa Minerva S.A., pode-se afirmar que dentre os itens analisados, em 2011 houve a divulgação de 50% deles, o número de divulgações foi considerado "Razoável" conforme a classificação em quartis, e nos seguintes anos de 2012, 2013 e 2014, este percentual de divulgação subiu para 66,67%, considerado "Satisfatório", também se levou em consideração a classificação em quartis.

Já se tratando da empresa Minupar Participações S.A., somente foi possível analisar o ano de 2011, onde não foi divulgado nenhum dos pontos analisados, classificando-a assim como "Deficiente" conforme classificação em quartis.

Por se tratar de um nicho do mercado, que vem crescendo a cada dia, é de suma importância este assunto para a sociedade, verifica-se cada vez mais a necessidade que o mercado tem de obter informações das empresas. Diante disso sugerem-se os seguintes itens para pesquisas futuras:

- Realizar de forma descritiva a evolução do agronegócio, e especificamente da pecuária no Brasil;

- Realizar a análise qualitativa das informações divulgadas pelas empresas brasileiras no ramo da pecuária, conforme o CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola;
- Verificar o motivo pelo qual houve a estagnação do índice de divulgação nos anos de 2013 e 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, José Aparecido Moura; DIAS, Alexandre Menezes. **Construção e aplicação de índices-padrão**. 2013. 14f. Disponível em: <http://periodicos.uems.br/novo/index.php/ecaeco/article/viewFile/4465/1811>. Acesso em: 21/05/2015.

BARROS, Célio da Costa; SOUZA, Fábia Jaiany Viana de; ARAÚJO, Aneide Oliveira; SILVA, José Dionísio Gomes da; SILVA, Mauricio Corrêa da. **O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA**. 2012. 19f. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v.17, n.3, p.41-p.59, set./dez., 2012. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/view/1424/1294>. Acesso em: 21/05/2015.

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MARTÍNEZ, Francesc. **Introdução a estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Bookman, 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtividade e crescimento -** algumas comparações. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/0tabelas/Produtividade%20e%20Crescimento%20-%20Artigo%2031%2001%2013%20_2_.pdf >. Acesso em: 20/05/2015.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relatório de gestão do exercício de 2014**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/acesso_informacao/auditoria/relatorio-gestao-2014-SE-MAPA.pdf>. Acesso em: 19/05/2015.

_____. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. **Perfil do agronegócio mundial**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/perfil/perfil_mundial_mar_2014.pdf>. Acesso em: 22/10/2015.

BRITO, Eduardo de. **Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina**. 2010. 109f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Curso de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-07012011-105511/publico/EduardodeBrito.pdf>. Acesso em: 18/03/2015.

CARVALHO, Fernanda Abreu; OLIVEIRA, Marcelle Colares; RIBEIRO, Maisa De Souza; SAMPAIO, Marcia Suely Alves. 2007. 16f. **Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de governança corporativa na transparência das informações evidenciadas por empresas brasileiras do setor de papel e celulose**. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos42004/178.pdf>. Acesso em: 06/05/2015.

CARVALHO, Flavia Siqueira de; PAULO, Edilson; SALES, Isabel Cristina Henriques; IKUNO, Luciana Miyuki. Ativos Biológicos: evidenciação das empresas participante do Ibovespa. 2013. **Custos e Agronegócio Online**, v. 9, n. 3, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v9/ativos%20biologicos.pdf>. Acesso em: 21/05/2015.

CONTINI, Elisio; GASQUES, José Garcia; LEONARDI, Renato Barros de Aguiar; BASTOS, Eliana Teles. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 15, n. 1, p. 5-28, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/119027>. Acesso em: 03/05/2015.

CONTINI, Elisio; JÚNIOR, Marcos A. G. Pena; SANTANA, Carlos Augusto M.; JÚNIOR, Geraldo Martha. Exportações: o motor do agronegócio brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 21, n. 2. 2012. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/99/73>. Acesso em: 06/05/2015.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico CPC 07 (R1)**. Subvenção e Assistência Governamental,2010. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/167_CPC_07_R1_rev%2003.pdf>. Acesso em: 21/05/2015.

_____. **Pronunciamento técnico CPC 29**. Ativo Biológico e Produto Agrícola, 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/324_CPC_29_rev%2003.pdf>. Acesso em: 17/03/2015.

_____. **Pronunciamento técnico CPC 46**. Mensuração do Valor Justo, 2012. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2006.pdf>. Acesso em: 18/03/2015.

FIGUEIREDO, Adelson Martins; SANTOS, Maurinho Luiz dos; LIMA, Jandir Ferrera de. Importância do agronegócio para o crescimento econômico do Brasil e Estados Unidos. **Gestão & Regionalidade**, vol. 28, núm. 82, jan./abr., p. 5-17, 2012. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133423642002>. Acesso em: 19/05/2015.

GARCIA, Elias; CORBARI, Eliane Mariana; JUNIOR, Dirceu Aguirre; CISLAGHI, Patrícia; TORRES, Annelise. A importância da divulgação contábil mensurada ao *fair value*. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva** (6) 11, 127-138 2º sem. 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1505/1223>. Acesso em: 16/04/2015.

JUNIOR, Guanis de Barros Vilelax; CARVALHO, Anderson dos Santos. **Análise de conteúdo**. 2005. Disponível em: <http://www.cpaqv.org/epistemologia/analiseconteudo.pdf>. Acesso em: 21/05/2015.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. DE A. **Fundamento de Metodologia Cientifica**. 5ª Edição São Paulo: Atlas, 2003.

RECH, I. J.; PEREIRA, C. C.; PEREIRA, I. V.; CUNHA, M. F. da. **IAS 41 – Agriculture**: um estudo da aplicação da norma internacional de contabilidade às empresas de pecuária de corte. 2006. 12f. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos62006/443.pdf>. Acesso em: 21/05/2015.

SCHERCH, Cristiene Patrícia, NOGUEIRA, Daniel Ramos, OLAK, Paulo Arnaldo, CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves. Nível de conformidade do CPC 29 nas empresas brasileiras: uma análise com as empresas de capital aberto. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Unoesc, v.12, n.2, p.459-490, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/2241/pdf>. Acesso em: 16/03/2015.

SILVA, Niviane Maria Gomes da; CESÁRIO, Andressa Vieira; CAVALCANTI, Ivan Ramos. **Relevância do agronegócio para a economia brasileira atual**. 2006. 5f. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/8.TRABALHO/8CCSADAMT01.pdf >. Acesso em: 03/05/2015.

STEFANELO, Eugênio. **O agronegócio mundial e brasileiro**.2008.11f. Disponível em: <http://www.fae.edu/galeria/getImage/1/746399500200267.pdf>. Acesso em: 19/05/2015.

UNIVERSIDADE DE RIO VERDE. **Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 2005. 58f. Disponível em: <http://www.fesurv.br/imgs/norm_pad_elab_trab_acad.pdf>. Acesso em 03/03/2015.

WANDERLEY, Carlos Alexandre Nascimento; SILVA, Anderson Chaves da; LEAL, Rodrigo Barreiros. Tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise das principais empresas do agronegócio brasileiro. **Revista Pensar Contábil,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 5 - 15, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/1243/1170>. Acesso em: 21 de Maio de 2015.